

AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE E SUA IMPORTÂNCIA

Edmar Aparecido de Souza

Contador e professor de Contabilidade e Auditoria no Cesumar e UEM. Mestrando em Contabilidade Avançada pela UNIMAR (SP)

SUMÁRIO: 1. Introdução 2. Aplicabilidade e importância das normas internacionais de contabilidade 3. Dificuldades na implantação de normas internacionais de contabilidade 4. Cenários da harmonização das normas internacionais de contabilidade 5. Conclusão

RESUMO: O crescimento das transações comerciais e financeiras ao redor do mundo tem impulsionado a ciência contábil para uma postura de internacionalização de padrões. Um instituto internacional (IASB), que congrega vários países, busca harmonizar os procedimentos contábeis adotados em todo o mundo, através do que denominamos Normas Internacionais de Contabilidade. Estas normas possuem grande importância para a economia mundial uma vez que tenta evitar as prováveis distorções nas demonstrações contábeis de um país, publicado em outro. Problemas como o idioma, o formato e a evidência das demonstrações contábeis podem causar barreiras a um novo cenário que vem se firmando em termos de cadeia global de informações. No Brasil, os trâmites que envolvem a aprovação de uma nova Lei das Sociedades por Ações já contempla a harmonização de diversos pontos contábeis relativos às Normas Internacionais de Contabilidade.

1. Introdução

As Normas Internacionais de Contabilidade (*IAS's – International Accounting Standards*) dizem respeito a um conjunto de normas técnicas e profissionais padronizadas elaboradas por um Comitê Internacional denominado *IASB – International Accounting Standards Committee* (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade).

O IASB foi criado em junho de 1973, como resultado de um acordo entre órgãos profissionais dos seguintes países: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido e Irlanda e os Estados Unidos da América. Os assuntos do Comitê são tratados por uma diretoria que compreende representantes de até treze países, incluindo à lista anterior os países da Índia, Malásia, Países Nórdicos e África do Sul, e até quatro organizações com interesse em informação financeira, sendo elas:

- International Organization of Securities Commissions – IOSCO;
- International Finance Corporation – IFC;
- International Chamber of Commerce – ICC; e
- The World Bank

Desde 1983, porém, os membros do IASC têm incluído todos os organismos profissionais que são membros da Federação Internacional de Contadores (IFAC), o que representava em janeiro de 1997, 119 membros em 88 países. O Brasil também faz parte do IFAC e consequentemente do IASC.

De acordo com seu estatuto, são objetivos do IASC:

- a) Formular e publicar para interesse público, as normas de contabilidade que devem ser observadas na apresentação das demonstrações contábeis, promover sua aceitação mundial e sua aplicação; e
- b) Trabalhar em geral pelo melhoramento e harmonização de regulamentações, normas de contabilidade, e procedimentos relacionados à apresentação de demonstrações contábeis.

De forma geral, como um organismo independente do setor privado, o IASC busca alcançar uniformidade nos princípios contábeis utilizados pelas empresas e outras instituições que preparam demonstrações contábeis no mundo.

2. Aplicabilidade e Importância das Normas Internacionais

Em que pese a existência das Normas Internacionais de Contabilidade há vários anos, bem como, o peso político e profissional de alguns dos seus membros como o The World Bank, cada país tem e pode ter suas próprias normas de contabilidade nacionais.

As NIC's não prevalecem sobre as normas regionais dos países sendo que em cada país há um órgão regulador e/ou fiscalizador e/ou disciplinador das Normas de contabilidade. Nos EUA, por exemplo, temos o FASB - *Financial Accounting Standards Board*, no Brasil, o CFC -

Conselho Federal de contabilidade, autarquia federal encarregada de publicar e divulgar as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC's), que atualmente, se dividem em Normas Técnicas (NBC-T) e Normas Profissionais (NBC-P).

Caso as normas regionais evidenciem distorções relevantes na elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis, em relação às normas internacionais, cabe à IASC procurar uma forma de harmonizar tal situação junto ao órgão responsável naquele país.

O que se busca nesse caso é criar um núcleo comum, de consenso mundial, para que as normas possam ter o caráter de aceitabilidade. Alguns países, entretanto, como o caso do nosso vizinho Uruguai, utilizam como norma regional as próprias Normas Internacionais de Contabilidade.

Acreditamos que a utilização das Normas Internacionais de Contabilidade pelo maior número possível de países, e obviamente, por países que tenham representatividade mundial, trará, entre outras, as seguintes vantagens:

1. Padrões de demonstrações contábeis de alta qualidade e com informações fidedignas;
2. Padrões que são sustentados por um programa de interpretações capaz de dar respostas a problemas e divergências contábeis;
3. Padrões cuja aplicação possa ser obrigada rigorosamente;
4. Eliminação de distorções em resultados e nomenclaturas;
5. Maior transparência para os investidores em transações internacionais que envolvem empresas transnacionais e/ou multinacionais.

O desenvolvimento dos mercados globais demandam urgentemente a padronização das normas internacionais de contabilidade, haja vista que os investidores e emprestadores de dinheiro já não atuam simplesmente em seus países, mas no chamado mercado globalizado.

Sem dúvida alguma, existe um capital especulativo (altamente volátil) que entra e sai dos países com uma velocidade tão incrível que sequer daria tempo de se verificar as demonstrações contábeis das empresas com ações de alta rentabilidade, e muito menos, se as normas deste ou aquele país seguem as IAS's. Todavia, este dinheiro "sem rótulo" não é o único que busca novos ganhos em mercados emergentes e em outros países de primeiro mundo. Segundo o CPA Journal, de 1991 para cá, o valor que os investidores americanos possuem de ações não-Americanas cresceu de US\$ 200 bilhões para US\$ 1 trilhão, o que corresponde a um aumento de 6% para 10% do portfólio de ações dos investidores americanos.

A tendência de crescimento no investimento estrangeiro é cada vez maior em todos os países e sem dúvida, aliado a este crescimento estará o aumento do risco inerente a retornos mais elevados. Nem sempre os resultados são satisfatórios, como os recentes casos de investimentos no México, nos asiáticos e recentemente, no Brasil.

Tudo isto, leva à necessidade de um quadro de padrões internacionais de contabilidade geralmente aceitos de alta qualidade para facilitar as atividades de investimentos e financiamentos internacionais e para dar suporte ao livre acesso aos mercados de capitais mundiais com maior segurança. Este padrão internacional de contabilidade auxiliaria os investidos na diminuição, ou melhor dizendo, na identificação de riscos inerentes a empresas estrangeiras.

Uma declaração dos ministros de finanças do G7 e dos reguladores de bancos centrais, reunidos em 30 de outubro de 1998 em Washington D.C., dizia que para a prevenção de crises internacionais deve-se, entre outros pontos, buscar a transparência e definição de procedimentos internacionais, entre eles destacava padrões similares e transparência requeridas no setor privado, os quais chamavam atenção para que: *"O IASC deve finalizar até 1999 uma proposta de total alcance para aceitação das normas internacionais de contabilidade. O IOSCO, o IAIS e o comitê de Basle devem completar oportunamente a revisão destes padrões."*

Percebe-se assim uma preocupação inerente aos países de primeiro mundo sempre atrelando a figura do IOSCO, tendo em vista ser um

órgão que congrega, em nível mundial, as comissões de valores mobiliários.

3. Dificuldades na Implantação de Normas Internacionais

Inevitavelmente, a harmonização das normas internacionais de contabilidade encontrará barreiras para sua implantação. Um exemplo próximo desta realidade está no Mercosul, onde uma comissão formada por autoridades contábeis dos países-membros tem discutido há vários anos uma forma de harmonizar as normas contábeis nestes países. As diferenças são tantas que levam a uma discrepância nesta possibilidade em nível local.

Na revista *Accounting & Business* de outubro de 1998, há um artigo do Professor Frederick Choi, intitulado *Conseqüências Globais da /contabilidade Internacional*, onde ele cita dois grandes obstáculos para a padronização das normas internacionais de contabilidade, a saber:

1. **O idioma** – de acordo com o professor, enquanto um número crescente de empresas está adotando o inglês como o idioma empresarial internacional para se comunicar com os leitores das demonstrações contábeis, muitas outras não o fazem. Desta forma, muitas terminologias contábeis podem confundir facilmente os analistas. Ele cita como exemplo a palavra "atual" que no idioma japonês tem o mesmo significado que a palavra "presente". Embora, para nós brasileiros, também as palavras parecem ter o mesmo significado, imaginemos o caso de se estar usando-a num contexto de estimação de valores. Ou seja, uma obrigação a valor **presente** é bem diferente do valor atual de uma obrigação, uma pressupõe fluxo de caixa descontado, enquanto a outra traduz-se no momento estático **atual**.

2. **O formato** – em nossa opinião este problema é ainda maior que o do idioma. Uma terminologia contábil própria pode ser

facilmente adotada pelos mais diferentes países, basta verificar o grande número de palavras internacionalizadas em todos os idiomas mundiais. No entanto, adotar um padrão para o formato de demonstrações e relatórios contábeis é outra conversa.

Para se ter uma idéia rápida da proporção do problema, basta verificar-se que nos Estados Unidos, assim como no Brasil, o curto prazo refere-se há um ano, enquanto na Alemanha é entendido como quatro anos, tranqüilamente.

A forma de utilização da moeda também pode ser um grande impedimento na unificação das normas contábeis em nível internacional. A utilização de taxas de conveniência já vem sendo utilizado em países como o Japão que preparam suas demonstrações na moeda local, ienes, mas deixam a possibilidade de se transformar as demonstrações em dólar através desta taxa, denominada "convenience translation" onde se tem as demonstrações em dólares americanos para facilidade dos investidores.

3. Revelação e mensuração – com relação a este ponto, a maior dificuldade encontra-se na verdade na intenção, por vezes negada, de se esconder determinados fatos, transações, provisionamentos, critérios e/ou outras medidas contábeis utilizadas para dar nova "roupagem" às demonstrações contábeis.

Também, o lançamento de ações de uma empresa de um determinado país em outro, denota esta problemática, conforme identificado no caso abaixo, onde a empresa DAIMLER BENZ, fabricante de automóveis, foi a primeira empresa alemã a lançar ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, sendo que para tanto teve de atender às exigências da SEC (*Security Exchange Commission*), equivalente à nossa CVM, de reconciliar suas contas pelos princípios de contabilidade geralmente aceitos (GAAP) nos Estados Unidos, apresentando a seguinte situação:

US GAAP Restatements DAIMLER BENS (in millions of DM)	
Reconciliation to US GAAP	1993
• Net income as reported in the consolidated income statements r Under German GAAP	615
• (Income) and losses applicable to minority stockholders	(13)
• Adjusted net income under German GAAP	602
• Add: changes in appropriated retained earnings – provisions, Reserves and valuation differences	(4.262)
	3.660
Other adjustments required to conform with US GAAP:	
Long-term contracts	78
Goodwill and business acquisitions	(287)
Pensions and other post-retirement benefits	(624)
Foreign currency translation	(40)
Other	292
Defered taxes	2.627
Net income (loss) in accordance with US GAAP	(1.839)

Conforme pode ser observado a empresa passou de um lucro líquido de 615 milhões de marcos alemães para um prejuízo líquido de 1.839 milhões de marcos alemães, ao utilizar os GAAP's americanos. Então surge a pergunta: Qual o verdadeiro resultado da empresa para investidores, empregados com participação nos lucros, financiadores e outros?

A resposta deveria incomodar não somente nós da área contábil, mas todos os políticos mundiais, aqueles que legislam sobre economia no mundo. Segundo o professor Choi, num mundo onde as práticas de contabilidade diferem amplamente entre nações, isto requer o desenvolvimento de padrões amplamente aceitáveis para as transações que caracterizam as economias modernas. E realmente não se pode esperar mais por isso. O professor Sérgio de Iudícibus afirma em sua obra Teoria da contabilidade que a matéria contábil evoluiu de acordo com a evolução da própria sociedade, em assim sendo, está na hora da contabilidade dar um grande salto em direção à padronização internacional.

4. Cenários da Harmonização das Normas Internacionais

Um grande passo para a padronização, ou harmonização, das normas internacionais de contabilidade tem sido dado pela formação dos blocos econômicos. A título de exemplo encontramos a Comunidade Econômica Européia, que já definiu em seus acordos a

exigência de uma norma contábil única para os países que dele fizerem parte. No Mercosul, como já citamos, também se está estudando tal viabilidade.

No mundo inteiro, diversas ações tem sido implantadas em virtude desta meta de padronização. Especificamente, no Brasil, a maior tentativa de harmonização tem sido as proposituras dos congressistas na reformulação da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações e demais sociedades).

Até o momento, as alterações à Lei foram tímidas mas as propostas são substanciais e vão ao encontro das Normas Internacionais de Contabilidade, como por exemplo, a adoção da Demonstração do Fluxo de Caixa, as divisões em Circulante e não-Circulante, entre outras.

5. Conclusão

Infelizmente, nosso país, ao exemplo de outros, sofre com a interferência descompromissada dos órgãos governamentais nas regras contábeis. O maior exemplo é a não aceitação da correção monetária por parte do governo, no intuito de conter a inflação. Tal atitude alija nossa classe e enfraquece nossas esperanças de ter uma contabilidade de nível internacional. Por outro lado, sem a interferência dos governos dificilmente as padronizações internacionais chegaram a ser implantadas de fato.

Esperamos, por fim, que as Normas Internacionais de Contabilidade possam encontrar guarida em todos os países e que, sobretudo no Brasil, os órgãos representativos da classe contábil consigam estabelecer um caminho em direção ao novo contexto mundial vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Accounting & Business – outubro de 1998

IASC NEWS – dezembro de 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1994.

Journal of CPA – julho de 1998;